

# Sumário

Apresentação .....	xix
Prefácio.....	xxi
Nota à 3ª Edição .....	xxiii
<b>Capítulo 1 - Aspectos Gerais do Processo Tributário.....</b>	<b>1</b>
1. Introdução .....	1
2. Processo e Procedimento.....	1
3. Princípios Aplicáveis ao Processo.....	3
3.1. Princípios Constitucionais .....	3
3.1.1. Princípios relacionados ao direito material tributário .....	3
3.1.2. Princípios relacionados às garantias fundamentais .....	5
3.1.3. Princípios relacionados à Administração Pública.....	5
3.1.4. Princípios relacionados ao Processo .....	6
3.2. Princípios Infraconstitucionais relacionados ao Processo.....	6
3.3. Princípios Específicos do Processo Administrativo Fiscal .....	7
3.4. Possibilidade de a Fazenda Pública ingressar em Juízo para discutir decisão administrativa irreformável .....	12
3.5. A revisibilidade do lançamento e seus limites .....	13
3.5.1. Limites temporais.....	13
3.5.2. Limites objetivos .....	13
I. Princípio da inalterabilidade .....	14
II. Princípio da irrevisibilidade .....	16
<b>Capítulo 2 - Processo Administrativo Fiscal.....</b>	<b>21</b>
1. Classificação dos processos administrativos .....	21
2. Natureza Jurídica do Processo Administrativo Fiscal.....	21
3. Processo Administrativo Fiscal (PAF).....	23
3.1. Competência para Regulamentação de normas sobre o PAF .....	23
3.2. Disciplina Normativa .....	24
3.3. Modalidades do Processo Administrativo Fiscal.....	25
3.3.1. Processo tributário-administrativo não contencioso .....	25
a) Consulta Administrativa.....	25
a.1) Modelo de Consulta Administrativa .....	31
b) Denúncia Espontânea.....	35
b.1) Denúncia Espontânea e Lançamento por homologação.....	36

b.2) Denúncia Espontânea e Obrigação Acessória .....	37
b.3) Denúncia Espontânea e Parcelamento.....	39
b.4) Modelo de Denúncia Espontânea .....	42
3.3.2. Processo Tributário Administrativo Contencioso .....	44
4. O Processo Administrativo Federal.....	45
4.1. Unificação das Receitas e Lei 11.457/07.....	46
4.2. Fases do Processo Administrativo Fiscal Contencioso no âmbito Federal .....	46
a) Realização de Lançamento.....	48
a.1) Auto de Infração.....	48
a.2) Lançamento Complementar .....	50
a.3) Do Segundo exame da escrita.....	51
a.4) Da competência para efetuar o lançamento.....	51
b) Impugnação .....	52
c) Julgamento de 1ª Instância.....	54
d) Recurso Voluntário e de Ofício.....	56
e) Julgamento em 2ª Instância.....	57
f) Recurso Especial.....	60
4.2.1. Impugnação .....	62
Modelo 1 – Impugnação.....	62
Modelo 2 – Impugnação ao termo de indeferimento da opção pelo Simples Nacional .....	63
Modelo 3 – Contestação de Exclusão do Simples Nacional .....	64
4.2.2. Modelo de Recurso Voluntário (Área Federal) .....	66
Modelo 1 – Pessoa Física.....	66
Modelo 2 – Pessoa Jurídica.....	67
Modelo 3 - Espólio .....	68
4.2.3. Modelo de recurso especial.....	69
4.2.4. Inconstitucionalidade do Depósito Recursal e do Arrolamento Administrativo .....	70
4.3. Outros aspectos do Decreto nº 70.235/72 .....	72
4.4. A suspensão da fluência dos juros .....	84
5. O Processo administrativo Estadual.....	85
6. O Processo administrativo Municipal .....	87
7. Arrolamento Administrativo de Bens e Direitos .....	88
8. Arrolamento Sumário.....	90
9. Principais Julgados do STF e STJ sobre o Capítulo.....	95
<b>Capítulo 3 - Processo Judicial Tributário.....</b>	<b>105</b>
1. Breves Considerações .....	105
2. As medidas de urgência em matéria tributária.....	105
2.1. Efeitos da sua concessão .....	106
2.2. Concessão de medida liminar em mandado de segurança .....	111
2.3. Efeitos da cassação da liminar.....	113
2.4. Concessão de tutela antecipada em outras ações judiciais .....	114
2.5. Antecipação de Tutela contra o Poder Público.....	115

2.6. A exigência de caução ou depósito para a concessão da tutela antecipada.....	117
2.7. Oferecimento de bens em caução e suspensão da exigibilidade .....	120
2.8. Possibilidade de Concessão de Tutela Antecipada antes da Contestação .....	123
2.9. Comentários ao art. 170-A do Código Tributário Nacional .....	123
3. Ações Exacionais .....	124
3.1. Execução Fiscal .....	125
3.1.1. Evolução Histórica da Cobrança Judicial do Crédito.....	125
3.1.2. A Execução Fiscal e a Lei 11.382/06 .....	126
3.1.3. Principais Aspectos da Execução Fiscal .....	126
a) Legitimação ativa .....	128
b) Legitimação passiva e o redirecionamento da execução fiscal .....	129
c) Créditos tributários e não tributários .....	156
d) Inscrição em dívida ativa e Recusa de CND .....	157
e) Termo de inscrição e substituição da CDA.....	159
f) Cancelamento da inscrição em dívida ativa.....	159
g) Presunção relativa da regularidade da inscrição .....	160
h) Garantia prestada por terceiro.....	160
i) Remição .....	161
j) Execução por carta .....	161
k) Prova de fato negativo .....	163
l) Suspensão da prescrição .....	164
m) Possibilidade de terceiro nomear bens .....	164
n) A Lei (11.101/05) de falências e recuperação judicial .....	165
o) Da penhora on line e do registro da penhora .....	168
p) Exceções.....	172
q) Intimação das partes .....	172
r) Reunião dos processos e competência para julgamento.....	174
s) Da citação.....	174
t) Litisconsórcio e procuradores distintos .....	180
u) Extinção de execução fiscal de pequeno valor e a autonomia do ente federativo .....	180
v) Protesto da Certidão de Dívida Ativa .....	181
x) Impossibilidade de Apelação em execução fiscal cujo valor seja inferior a 50 ORTN .....	183
3.1.4. Participação do Ministério Público na Execução Fiscal e na Ação Civil Pública em Matéria Tributária.....	183
3.1.5. Cobrança de crédito tributário na falência e recuperação judicial.....	186
3.2. Medida Cautelar Fiscal .....	196
3.2.1. Modelo de Ação Cautelar Fiscal .....	198
3.2.2. Modelo de Contestação em Ação Cautelar Fiscal .....	199
4. Ações Antiexacionais .....	200
4.1. Embargos à Execução.....	200
a) Natureza jurídica dos embargos .....	204
b) Efeito suspensivo dos embargos.....	205

c) Substituição dos bens, fraude à execução fiscal, sucessão empresarial e a responsabilidade dos sócios .....	210
d) Alienação antecipada.....	214
e) Edital de arrematação.....	215
f) Do lugar do leilão.....	217
f.1. Comissão do leiloeiro e demais despesas .....	217
f.2. Da hipótese do segundo leilão .....	217
f.3. Conceito de preço vil.....	218
g) Responsabilidade do arrematante .....	218
h) O poder de adjudicação .....	219
h.1. Adjudicação e dação em pagamento.....	220
h.2. Adjudicação e remição .....	220
i) Garantia do juízo e objeção de pré-executividade .....	222
j) Avaliação dos bens e a respectiva impugnação.....	226
l) Do prazo para oposição dos embargos.....	226
m) Impugnação aos embargos.....	228
n) Da penhora .....	229
n.1. A ordem da penhora estabelecida no art. 11 da LEF.....	229
n.2. Penhora de títulos da dívida pública .....	230
n.3. Da penhora on line e do registro da penhora.....	231
n.4. Da importância da intimação da penhora.....	232
n.5. Intimação do cônjuge se a penhora recair sobre bens imóveis.....	234
n.6. Bem de família e a regra da impenhorabilidade .....	238
o) Embargos de terceiro e adquirente de boa-fé.....	242
4.2. Objeção de Pré-Executividade ou Exceção de Pré-Executividade .....	243
4.2.1. Conceito .....	243
4.2.2. Origem e surgimento da exceção de pré-executividade .....	244
4.2.3. Conexão de Ações e Reunião dos Processos para Julgamento Simultâneo ..	245
4.2.4. Aspectos Processuais .....	246
4.2.5. Honorários e Sucumbência.....	248
4.2.6. Modelo de Objeção de Pré Executividade.....	254
4.2.7. Modelo de Embargos à Execução .....	256
4.3. Mandado de Segurança Individual .....	257
4.3.1. A discussão quanto ao Mandado de Segurança preventivo e contra lei em tese .....	259
4.3.2. Impossibilidade de Dilação Probatória .....	261
4.3.3. Objeto.....	262
4.3.4. Prazo .....	264
4.3.5. Impossibilidade do Mandado de Segurança e principais Súmulas dos STF e do STJ .....	265
4.3.6. Legitimação Ativa e Passiva .....	266
4.3.7. Natureza da liminar em mandado de segurança .....	273
4.3.8. Suspensão da Liminar .....	275
4.3.9. Mandado de Segurança e compensação de tributos.....	276
4.3.10. Análise da Súmula 239 do STF.....	277

4.3.11. Efeito Devolutivo e Coisa Julgada .....	278
4.3.12. Tabela comparativa entre a lei antiga e a atual .....	279
4.3.13. Modelo de Petição Inicial de Mandado de Segurança .....	286
4.4. Mandado de Segurança Coletivo.....	287
4.5. Ação Cautelar .....	289
4.5.1. Ação Cautelar de Caução .....	290
4.6. Ação Monitória.....	290
4.7. Ação de Consignação em Pagamento.....	291
4.7.1. Fundamento legal .....	291
4.7.2. Cabimento .....	292
4.7.3. Legitimação Ativa e Passiva .....	295
4.7.4. Efeitos .....	297
4.7.5. Hipótese de Consignação Administrativa .....	298
4.7.6. Alguns julgados sobre o tema .....	298
4.7.7. Modelo de Ação de Consignação em Pagamento .....	306
4.8. Ação Declaratória.....	307
4.8.1. Objeto.....	307
4.8.2. Distinção entre a Ação Declaratória Negativa e a Constitutiva Negativa.....	309
4.8.3. Execução da Sentença Declaratória.....	309
4.8.4. Efeitos da ação declaratória .....	310
4.8.5. Consequências da ação declaratória no processo administrativo.....	310
4.8.6. Julgados sobre o tema .....	310
4.8.7. Modelo de Ação Declaratória .....	315
4.9. Ação Anulatória .....	316
4.9.1. Objeto.....	316
4.9.2. Ação Anulatória Clássica e a Ação Anulatória do art. 169 do CTN.....	316
4.9.3. Legitimidade .....	317
4.9.4. O Depósito integral como pressuposto de admissibilidade da ação anulatória.....	318
4.9.5. Distinção entre a consignação e o depósito na ação anulatória.....	318
4.9.6. Possibilidade de conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal.....	319
4.9.7. Prescrição.....	322
4.9.8. Julgados sobre o tema .....	322
4.9.9. Modelo de Ação Anulatória.....	324
4.10. Ação de Repetição de Indébito.....	325
4.10.1. Objeto.....	325
4.10.2. Formas de Repetir o Indébito .....	328
4.10.2.1. Repetição de Indébito e Compensação .....	329
4.10.2.1.1. Distinção entre a compensação no Direito Civil e no Direito Tributário .....	330
4.10.2.1.2. Compensação entre tributo e multa .....	333
4.10.2.2. A repetição de indébito e o sistema do precatório em matéria tributária.....	333
4.10.3. Legitimação.....	338
4.10.3.1. Ativa .....	338
4.10.3.2. Passiva.....	342
4.10.4. Prescrição.....	343

4.10.5. Repetição de Tributos Inconstitucionais .....	345
4.10.6. Valor da restituição .....	346
4.10.7. Efeitos da sentença .....	351
4.10.8. Requisitos para a devolução .....	351
4.10.9. Comentários ao art. 170-A, do Código Tributário Nacional.....	352
4.10.10. Comentários ao art. 169 do CTN.....	353
4.10.11. Julgados sobre o tema .....	355
4.10.12. Modelo De Ação De Repetição De Indébito .....	361
5. Ação Rescisória .....	362
5.1. Análise da Súmula 343 do STF .....	363
5.2. Do Prazo.....	368
6. Juizados Especiais de Fazenda Pública e Juizado Especial Federal.....	369
6.1. Modelo de Petição Junto ao Juizado Especial Federal.....	373
<b>Capítulo 4 - Ações Constitucionais e a Uniformização da Jurisprudência .....</b>	<b>375</b>
4.1. Introdução .....	375
4.2. Ação Civil Pública .....	375
4.3. Mandado de Segurança .....	380
4.4. Mandado de Injunção e <i>Habeas Data</i> .....	380
4.5. Ação Popular.....	381
4.6. O Controle de Constitucionalidade no Brasil.....	382
4.6.1. Formas de inconstitucionalidade.....	382
4.6.2. Formas de Controle .....	383
4.6.3. Espécies.....	383
4.6.4. Natureza da decisão .....	389
4.6.5. Ações de controle de constitucionalidade na seara tributária .....	390
5. O Artigo 518, § 1º, do CPC – A Súmula Impeditiva de Recurso de Apelação .....	391
6. Os Artigos 557 e § 1º-A do CPC .....	392
7. Os Artigos 543-B e 543-C do CPC .....	393
8. Uniformização de Jurisprudência .....	393
8.1. O Artigo 555, § 1º, do CPC .....	394
8.2. A Súmula Vinculante do STF .....	394
<b>Capítulo 5 - Planejamento Fiscal.....</b>	<b>397</b>
5.1. Introdução .....	397
5.2. Origem.....	398
5.3. Conceito e Objetivo do Planejamento Tributário.....	398
5.3.1. Preço de transferência.....	399
5.3.2. Preço Parâmetro.....	400
5.3.3. Diferença entre preço praticado pela empresa e preço parâmetro .....	401
5.4. A Prevenção no Planejamento Tributário.....	401
5.5. Modalidades .....	402
5.5.1. Planejamento Administrativo.....	402
5.5.2. Planejamento Judicial .....	402
5.6. Planejamento e Ato Ilícito .....	402
5.6.1. Sonegação e Fraude .....	403

5.6.2. Elisão Fiscal .....	405
5.6.3. Evasão Fiscal .....	406
5.6.4. Elusão Fiscal .....	406
5.6.5. Abuso de Forma x Simulação x Abuso do Direito .....	407
5.6.6. Norma Antielisiva.....	407
5.6.6.1. Análise do parágrafo único do art. 116 do CTN.....	409
5.7. Sanções, Infrações e Penalidades Tributárias .....	411
5.7.1. Sanções penais .....	412
5.7.2. Sanções Administrativas .....	412
5.7.3. Sanções Políticas .....	413
5.7.4. Sanções Cíveis.....	415
5.8. Responsabilidade Tributária por Infração .....	415
5.8.1. Análise do Art. 136, do CTN .....	415
5.8.2. Análise do Art. 137, do CTN .....	417
5.9. Julgados sobre o capítulo .....	420
<b>Capítulo 6 - Prescrição e Decadência .....</b>	<b>423</b>
6.1. Breves Considerações .....	423
6.2. Decadência .....	424
6.2.1. Regra Geral: Art. 173, I, do CTN.....	425
6.2.2. Art. 173, inciso II, do CTN.....	426
6.2.3. Art. 173, parágrafo único, do CTN .....	427
6.2.4. Art. 150, § 4º, do CTN .....	428
6.2.4.1. Não ocorrendo pagamento .....	428
6.2.4.2. Ocorrendo pagamento antecipado .....	428
6.2.4.3. Quando houver dolo, fraude e simulação .....	429
6.3. Prescrição.....	430
6.3.1. Suspensão e Interrupção da Prescrição.....	432
6.3.2. A Prescrição Intercorrente no Direito Tributário.....	433
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>437</b>

## ANEXOS

Súmulas do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.....	445
Quadros Sinópticos de Elaboração de Peças Processuais .....	454